

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.766.935 - PR (2020/0252786-0)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO
AGRAVADO : AUTO POSTO PINHEIRO EIRELI
OUTRO NOME : POSTO PINHEIRO S/A
ADVOGADO : JULIANO CASTELHANO LEMOS - PR050531

DECISÃO

Cuida-se de agravo apresentado pelo INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA – INMETRO contra a decisão que não admitiu o seu recurso especial, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, que visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO, assim resumido:

APELAÇÃO EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL INMETRO APLICAÇÃO DE MULTA AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO REDUÇÃO DO VALOR PARA O MÍNIMO LEGAL A AUTORIDADE ADMINISTRATIVA LIMITOUSE A INVOCAR OS DISPOSITIVOS LEGAIS SEM FAZER QUALQUER VINCULAÇÃO DOS CRITÉRIOS NELES ESTABELECIDOS COM O QUANTUM DA SANÇÃO CONSOANTE ENTENDIMENTO FORMADO NESTA TURMA PARA QUE A PENA ULTRAPASSE O PATAMAR MÍNIMO NECESSÁRIO HAVER FUNDAMENTAÇÃO ADEQUADA DA AUTORIDADE NOS AUTOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO BASEADA NOS REQUISITOS ESTABELECIDOS NA LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA SENDO CERTO QUE A MULTA É CABÍVEL A SOLUÇÃO MAIS ADEQUADA AUSENTE MOTIVAÇÃO É A REDUÇÃO DO MONTANTE AO MÍNIMO LEGAL.

Quanto à controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação do art. 1.022 do CPC, no que concerne a vícios do acórdão recorrido.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente aponta violação do art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015 (art. 535 do Código de Processo Civil de 1973), sem especificar, todavia, quais incisos foram contrariados, a despeito da indicação de omissão, contradição, obscuridade ou erro material.

Superior Tribunal de Justiça

Nesse sentido: “É deficiente a fundamentação do recurso especial em que a alegação de ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015 se faz de forma genérica, sem especificar quais foram os incisos violados. Aplica-se, na hipótese, o óbice da Súmula 284 do STF”. (AgInt no AREsp n. 1.530.183/RS, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 19/12/2019.)

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente